



## Autoridades participam de reunião interinstitucional promovida pelo CNJ



com a rede assistencial e promover mutirões PopRuaJud.

A juíza federal Luciana Ortiz Tavares Costa Zanoni destacou alguns pontos da Resolução CNJ nº 425/2021 e mostrou estatísticas. De acordo com a magistrada, o Brasil tem atualmente cerca de 222 mil pessoas em situação de rua. *“Essa é uma política diferenciada que trata de questões sensíveis da sociedade, que tem o objetivo de ser desenvolvida de forma multidisciplinar, em ambiente democrático, possibilitando o acesso a uma população que, historicamente, tem seus direitos negados”*, afirmou a magistrada Luciana Ortiz.

O diretor do Foro da Seção Judiciária da Bahia, juiz federal Durval Carneiro Neto, destacou a importância de iniciativas como estas que aumentam o acesso dos cidadãos à Justiça, especialmente no momento atual, pós-pandêmico, em que há um acirramento da pobreza.

O desembargador federal Carlos Pires Brandão participou da reunião, representando o presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), desembargador federal José Amílcar de Queiroz Machado. Mostrando-se sensível à questão, pontuou que o Judiciário não pode ser indiferente à situação, destacando que o TRF1 se manterá à disposição e comprometido com a luta, apoiando as ações propostas pela Comissão.

O presidente do TJBA, desembargador Nilson Castelo Branco, abriu a reunião, que teve a participação de diversas autoridades. Além do diretor do Foro da SJBA, juiz federal Durval Carneiro Neto e do desembargador federal do TRF1, Carlos Pires Brandão, participaram também: o desembargador Alcino Felizola, vice-presidente do TRT5; o promotor de Justiça do MPBA, Edvaldo Gomes, coordenador do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos (CAODH); a procuradora Geral de Justiça do Estado da Bahia, Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti; o procurador federal Denilton Leal Carvalho, da Procuradoria Federal da Bahia; a defensora pública Lívia Silva de Almeida, da Defensoria Pública do Estado da Bahia, coordenadora de Proteção aos Direitos Humanos; o defensor público, Armando Fauze e a juíza e integrante da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do TJBA, Elbia Araújo.

**Essa matéria está associada ao ODS 10 (Redução da Desigualdade) e 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes).**

### Aniversariantes

**Hoje:** Tiago Borré (Juiz Federal Substituto da 9ª Vara), Orlando Gonçalves Bittencourt (Numan), Leticia Negrão de Sousa (NucGP), Maria Eliana Brito de Oliveira (14ª Vara), Adriana Souza Daniel (Sercom), Alana Ventura Moura (Numan), Camila Dantas Uchoa (Alagoinhas), Giovanna Suellén Gomes da Silva (Juazeiro). **Amanhã:** Katia da Costa Alcantara (Numan), Antonio Pereira de Alencar (17ª Vara), Tércio Machado de Freitas (7ª Vara), Silvio de Moura Ribeiro (Teixeira de Freitas), Leticia Souza Rocha (Teixeira de Freitas). **Domingo:** Mariana Mendonça Lima (Turma Recursal), Nahon Francisco Teixeira Santos de Castro (Numan), Marcos Clebe Ramos Profeta (Juazeiro). **Segunda-feira:** Jose Carlos da Silva Neves (Vitória da Conquista), Shirlei Oliveira Nascimento (Campo Formoso), Leandro Estrela da Silva (4ª Vara).

**Parabéns!**

## TRF1 indica o juiz federal Pedro Braga Filho para vaga de desembargador federal



Pedro Braga Filho é natural de Salvador/BA, graduou-se em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 1978, e obteve o título de Mestre em Direito, área de Concentração em Direito Econômico, pela UFBA, em 1998.

Ao longo de sua trajetória, o juiz federal ocupou importantes cargos e de forma relevante se dedicou ao serviço público, contribuindo destacadamente para o engrandecimento, eficiência e respeitabilidade da Justiça Federal do Estado e do país.

O magistrado ingressou na Justiça Federal em 1992, como juiz federal substituto, no Piauí; foi diretor do foro da Seção Judiciária do Piauí (SJPI), entre 1992 e 1993; juiz federal substituto e titular da 1ª Vara da SJBA, de 1993 a 2010; diretor do foro da SJBA, de 1996 a 1997; membro da 1ª Turma Recursal da SJBA, entre 2007 a 2008; presidente da 2ª Turma Recursal da Seção Judiciária da Bahia, de 2008 a 2010, tendo participado neste período de sessões da Turma Regional de Uniformização da 1ª Região; membro da 1ª Câmara Regional Previdenciária da Bahia, em 2015; juiz federal convocado em auxílio ao TRF1, em decorrência das férias do desembargador federal Tourinho Neto, em 2009; participou do Mutirão das Turmas Recursais da Bahia, realizado em 2016; juiz do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE/PI), entre 1992 e 1993; e juiz do TRE da Bahia, de 1999 a 2001.

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) elegeu, segundo o critério de antiguidade, o juiz federal Pedro Braga Filho, para preencher a vaga de desembargador federal decorrente da remoção da desembargadora federal Mônica Sifuentes para o TRF6. A decisão ocorreu ontem, 22/09, em sessão extraordinária realizada pelo Tribunal.

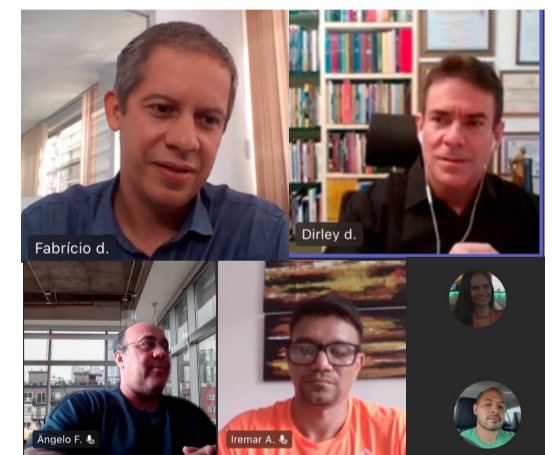
O juiz federal Pedro Braga Filho, atualmente é titular da 19ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia (SJBA). O seu nome será encaminhado ao presidente da República, Jair Bolsonaro, para a nomeação como novo integrante da Corte.

## Direito Constitucional foi matéria da Jornada de Atualização Jurídica

Ontem, à tarde, teve início a primeira aula da matéria Direito Constitucional da Jornada de Atualização Jurídica 2022, com aula ministrada pelo juiz federal titular da 16ª Vara, Dirley da Cunha Júnior, Pós-Doutor em Direito Constitucional pela Universidade de Lisboa/Portugal e Doutor em Direito Constitucional pela PUC-SP.

Na abertura do evento, o Diretor do Núcleo de Gestão de Pessoas (NUCGP), Fabrício Vampré, deu boas-vindas a todos e ressaltou a relevância deste ciclo de palestras para aprimoramento e atualização dos conhecimentos jurídicos.

A matéria deste novo ciclo é Direito Constitucional, que terá ao todo cinco palestras ministradas pelo juiz federal Dirley da Cunha Júnior. Na aula de ontem, foi abordado o tema Controle de Constitucionalidade, parte I. Dr. Dirley, sumidade na matéria, apresentou o tema de forma didática, vibrante, e com toda autoridade no assunto discorreu sobre o conceito deste instrumento, os tipos, o sistema brasileiro de controle de constitucionalidade, adentrando ainda sobre as Ações Diretas, legitimidade, procedimento, objeto das



ações, em uma excelente aula que deixou os participantes na expectativa do próximo encontro.

No chat diversas manifestações positivas foram enviadas, ressaltando a importância e pertinência dos assuntos e sua aplicação no cotidiano dos magistrados, servidores, estagiários e colaboradores.

A próxima aula será ministrada no dia 29/09, das 15h às 17h. Acompanhe a divulgação dos próximos ciclos da Jornada de Atualização Jurídica 2022 e não perca!

**EXPEDIENTE: Coordenação-Geral:** juiz federal Durval Carneiro Neto, diretor do Foro da Seção Judiciária da Bahia. **Redação, fotos, distribuição, revisão e impressão:** Serviço de Comunicação Social - SERCOM. **Encarregada:** Adriana Souza Daniel. **Diagramação:** Taiana Laiz Silva de Jesus. **Telefones:** (71) 3617-2616. **Endereço:** Av. Ulysses Guimarães, 2799 – CAB. CEP: 41213-000. **Site:** portal.trf1.jus.br/sjba **E-mail:** jfh@trf1.jus.br.